



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA**

**SUÊNIA CARNEIRO DA SILVA**

**A DEMOLIÇÃO DO CEMITÉRIO DAS BONINAS –  
O SILENCIAMENTO DA MEMÓRIA CAMPINENSE (1856 - 1931)**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2014**

**SUÊNIA CARNEIRO DA SILVA**

**A DEMOLIÇÃO DO CEMITÉRIO DAS BONINAS –  
O SILENCIAMENTO DA MEMÓRIA CAMPINENSE (1856-1931)**

Monografia apresentada à Unidade Acadêmica de História da Universidade Estadual da Paraíba, para obtenção do título de Licenciatura Plena em História por Suenia Carneiro da Silva. Concluinte do período 2014.2

Orientadora: **Ofélia Maria de Barros**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2014**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

S586d Silva, Suenia Carneiro da  
A demolição do Cemitério das Boninas – o silenciamento da  
memória Campinense (1856 -1931) [manuscrito] / Suenia Carneiro  
da Silva. - 2014.  
48 p. : il.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.  
"Orientação: Profa. Dra. Ofélia Maria de Barros,  
Departamento de História".

1. Historiografia 2. Cemitério Municipal - Campina Grande  
3. Memória I. Título.

21. ed. CDD 907.2

**SUENIA CARNEIRO DA SILVA**

**A DEMOLIÇÃO DO CEMITÉRIO DAS BONINAS –  
O SILENCIAMENTO DA MEMÓRIA CAMPINENSE (1856 – 1931)**

Avaliado em 01 de dezembro de 2014 com conceito 9,5

**Banca Examinadora**

*Ofélia Maria de Barros*

Profª Drª Ofélia Maria de Barros

Orientadora – UEPB NEABI

*Jose Pereira de Sousa Junior*

Profº. Ms. JOSE PEREIRA DE SOUSA JUNIOR

Examinador - UFRN / UFPE.

*Maria Lindaci Gomes de Souza*

Profª. Drª. Maria Lindaci Gomes de Souza

Examinadora - UEPB / NEABI

**CAMPINA GRANDE – PB  
2014**

Em Memória aos que foram sepultados no primeiro cemitério de Campina Grande e despertados do seu último sono sem consideração e respeito.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a meu Deus por tudo que fez e faz por mim.

À minha família por todo incentivo e apoio durante toda minha vida. A meu esposo George, por seu carinho, amor e compreensão nos momentos estressantes dessa longa jornada. A meu filho André por ser a alegria da minha vida.

Aos meus professores que sempre me ajudaram. À minha orientadora por sua dedicação e incentivo. Ao professor Josemir Camilo por ter apresentado o antigo cemitério em suas aulas e por ser meu primeiro orientador. Ao professor José Júnior por seu auxílio e conselhos.

Aos meus colegas de universidade, os meus eternos camisas verdes, especialmente a Ana Rosa que sempre me incentivou a terminar minha monografia e a todos que passaram por minha vida e que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o término desta pesquisa.

“Na velha necrópole jaziam os ossos de milhares de Campinenses, de ricos e pobres, de velhos e crianças, de senhores e escravos. Muitos tinham ainda quem os pranteasse, quem os visitasse para invocações e preces. Merecia o pequeno quadrilátero, que aviva tantas recordações, ser resguardado e protegido” (Elpídio de Almeida)

## RESUMO

No ano de 1931 o primeiro cemitério municipal de Campina Grande foi demolido, para em seu lugar surgirem lojas comerciais, os restos mortais dos que ali estavam sepultados foram colocados em barris e transportados para o cemitério Nossa senhora do Carmo no Monte Santo sem nenhum marco que os assinalasse. Pretendemos com esse estudo investigar a reação da população local diante da demolição do antigo cemitério e da conseqüente remoção dos restos mortais sem o devido respeito que se supõe exigidos em tal situação. O que nos leva a questionar o porquê de não haver registros de qualquer mobilização no sentido de atribuir o devido respeito a esses mortos, Por que o apagamento dessa história e da memória campinense em se tratando de um tema tão caro a uma população de tradição católica. Em contato com as poucos relatos dos memorialistas paraibanos sobre esse fato percebemos que houve um silenciamento da memória Campinense em relação a demolição do antigo cemitério e da remoção dos restos mortais dos que ali estavam sepultados.

**Palavras-chave:** Cemitério, Memória, Campina Grande.



## ABSTRACT

In 1931 the first municipal cemetery of Campina Grande was demolished to arise in its place shops, mortals of those who were buried here remains were placed in barrels and transported to Our Lady of Mount Carmel Cemetery at Monte Santo with no landmark tick off the. We intend this study to investigate the reaction of the local population before the demolition of the old cemetery and the consequent removal of the remains without due respect it presupposes required in such a situation. Which leads us to question why there are no records of any mobilization to give due respect to those killed? Why the erasure of this history and of memory itself campinense dealing with such a subject dear to a population of Catholic tradition. In contact with the few sources on this fact we realized that there was a silencing of Campinense memory regarding the demolition of the old cemetery and the removal of the remains with no tick off the landmark.

**Keywords:** cemetery, memory, Campina Grande

## SUMÁRIO

<b>1.0 - INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>2.0 - CAPÍTULO 1 – O Silenciamento da Memória Campinense</b>	<b>14</b>
2.1. Sepultamentos nas Igrejas	20
<b>CAPÍTULO 2 – A Presença Constante da Morte: Epidemias em</b>	
<b>3.0 - Campina Grande</b>	<b>24</b>
3.1. A Construção do Cemitério	26
<b>CAPÍTULO 3 – A Modernização Campinense: O Novo Brota do</b>	
<b>4.0 - Monturo do Passado</b>	<b>34</b>
4.1. A Demolição do cemitério	39
<b>5.0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>44</b>
<b>6.0 - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>46</b>

## 1.0. INTRODUÇÃO

Enquanto na Palestina, a tumba de Raquel, a predileta de Jacó, pode ainda ser vista, em Campina Grande não há vestígio dos túmulos que guardavam os restos mortais dos fundadores da cidade. (Elpídio de Almeida)

Era o ano de 1931 quando o então prefeito, Lafaiete Cavalcante pôs em *hasta pública*<sup>1</sup> o cemitério velho de Campina Grande, que ficava localizado nas Boninas, centro da cidade. Sem uso e abandonado há cerca de trinta anos, o antigo cemitério que guardava os restos mortais dos antigos habitantes da cidade foi então arrematado e demolido para em seu lugar serem construídas oficinas e garagens. Em virtude da modernização, iniciada pela parte central da cidade, os restos mortais dos que ali haviam sido enterrados foram depositados em barris e transportados para o cemitério Nossa Senhora do Carmo - Monte Santo, e depositado em uma vala comum, sem nenhum marco aparente que os identificassem. Essa é uma das poucas descrições que encontramos na literatura historiográfica campinense acerca desse acontecimento. (ALMEIDA<sup>2</sup>, 1979)

Diante de tal evento que marca a memória da cidade, sobretudo no que diz respeito às alterações urbanas e paisagísticas ocorridas no centro da cidade, isto é, da modernização, pretendemos com esse estudo investigar a reação da população local diante da demolição do antigo cemitério e da conseqüente remoção dos restos mortais sem o devido respeito que se supõe exigidos em tal situação.

A demolição do cemitério em si é compreensível, considerando a área central em que o mesmo estava localizado, e em si tratando do fato do mesmo já não mais comportar novos enterramentos. Todavia, chama-nos propriamente

---

<sup>1</sup> Ser leiloado em praça pública, posto a venda.

<sup>2</sup> ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

atenção o fato de não ter se dado relevância aos mortos que ali se encontravam, uma vez que o que se sabe é que os restos mortais foram transferidos para o novo cemitério, depositados em uma vala comum e sem qualquer identificação. O que nos levou a questionar o porquê de não haver registros de qualquer mobilização no sentido de atribuir o devido respeito a esses mortos. Por que o apagamento dessa história e da memória campinense em si tratando de um tema tão caro a uma população de tradição católica?

Uma das características básicas que diferenciam os humanos dentre as demais espécies do reino animal é sua capacidade de produzir cultura. Um dos primeiros sinais dessa diferenciação se dá a partir da identificação de ritos envolvendo os mortos, isto é, a capacidade de atribuir significado à morte através do tratamento desses restos mortais. Em grande medida pode-se atribuir essa tradição à crença em alguma forma de existência após a morte, ou primordialmente, simplesmente ao fato de atribuirmos significado à existência humana, que se materializa através dos afetos entre os sujeitos.

Segundo Fustel de Coulanges<sup>3</sup> (2006) com as mais antigas crenças itálicas e gregas, não era em outro mundo que a alma passaria sua segunda existência. Ficava bem perto dos homens e continuava a viver sob a terra, junto destes. O morto que não possuía sepultura não possuía morada, e se tornava errante, isto é, para o autor toda a antiguidade estava persuadida a acreditar que, sem sepultura, a alma tornara-se miserável e que pela sepultura tornara-se feliz. Não era por ostentação ou por dor exclusivamente que se oficiavam as pompas fúnebres, ou os ritos funerários, mas para o repouso e felicidade da alma do morto e também dos vivos, pois uma alma errante tinha como alvo o tormento dos vivos. Temia-se, portanto, menos a morte que a privação da sepultura.

Assim como na Grécia e Roma antiga, muitos outros povos nos legaram ritos envolvendo a morte e o tratamento dos corpos. Um desses ritos que predominaram no ocidente foi o enterramento, isto é, o sepultamento na terra. Na tradição católica, bem como em muitas outras tradições religiosas há

---

<sup>3</sup> COULANGES, Numa-Denys Fustel de. **A Cidade Antiga**. Ebooks Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cidadeantiga.pdf>>. Acesso em 01 de nov. 2014

sempre um destino a ser dado aos mortos, para que os mesmos façam a passagem da vida terrena à vida pós-morte. Nesse caso, isto é, na tradição católica, o destino atribuído aos mortos será o enterramento em locais sagrados, a princípio realizado no interior das igrejas e, posteriormente, nos cemitérios, locais idealizados e consagrados exclusivamente para esse fim.

Diante do exposto, como entender a reação da população campinense frente à demolição de um cemitério que em grande medida consistiu numa violação dessa tradição?

Até meados do século XIX na Paraíba, assim como em todo Brasil, esse local sagrado para o sepultamento dos corpos eram as Igrejas. Os cemitérios foram, portanto, uma invenção recente e porque não dizer moderna. Conforme, Elpídio de Almeida (1979), o primeiro cemitério paraibano, foi o da Vila de Piancó, em 1855, construído com recursos arrecadados da população local, pelo então Frei Serafim de Catânia, considerado por alguns como um dos grandes sanitarista do século passado, pelas suas providências na prevenção de doenças e higienização das áreas urbanas; estas, inclusive, foram algumas das obras que mais deram evidência e popularidade a alguns religiosos do século XIX.

Os dirigentes das províncias, mesmo em meio aos surtos epidêmicos constantes, não davam atenção à necessidade de construção de cemitérios. Segundo Epaminondas Câmara<sup>4</sup> (2000) a perspectiva de construção de cemitérios na Paraíba não passava pela mente dos governantes da colônia nos primeiros decênios do Império. Com os surtos epidêmicos, notadamente o *Cólera mórbus*, em 1856 e 1862, essa necessidade se impôs.

Em virtude do grande número de mortos provocado pela epidemia de cólera que atingiu também a cidade de Campina Grande no ano de 1856, foi construído nas Boninas o primeiro cemitério da cidade conhecido apenas por Cemitério Municipal e, mais tarde, por Cemitério Velho. Com o crescimento populacional e o conseqüente aumento do número de mortos, em um período reativamente curto, o cemitério perdeu então a sua função, sendo desativado,

---

<sup>4</sup> CÂMARA, Epaminondas. **A Evolução do Catolicismo na Paraíba**. Campina Grande:Edições Caravelas, 2000.

permanecendo assim por algum tempo – cerca de trinta e dois anos – posteriormente sendo colocado à venda e, por fim, demolido no ano de 1931.

Considerando a relevância e pertinência do tema ora exposto, apresentamos o presente trabalho de investigação que tem como objetivo abordar o silenciamento da memória campinense no que diz respeito à ausência de questionamentos ou mobilizações relevantes em torno da questão, isto é, a demolição do cemitério e o descaso com que foram tratados os restos mortais ali existentes.

Utilizaremos como fonte de pesquisa a historiografia paraibana. Dada a escassez de fontes acerca da temática exploraremos ao máximo os relatos existentes. Por se constituir em uma história de pequenos fragmentos ou uma história em migalhas, esse estudo pretende servir como mais uma peça, embora modesta, dessa história-memória campinense.

Utilizaremos como referencial teórico os conceitos de discurso como construção de práticas culturais em Roger Chartier<sup>5</sup>; em Phillippe Ariès<sup>6</sup>, trabalharemos a percepção da morte; e em Norbert Elias<sup>7</sup>, os lugares da morte na modernidade e o distanciamento entre mortos e vivos.

Na Historiografia brasileira analisaremos as obras de João José Reis<sup>8</sup> e Cláudia Rodrigues<sup>9</sup> e na historiografia paraibana analisaremos as obras de Elpídio de Almeida, Epaminondas Câmara<sup>10</sup>, entre outros.

---

<sup>5</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

<sup>6</sup> ARIÈS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente Desde a Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1989.

<sup>7</sup> ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos Seguido de Envelhecer e Morrer**. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar, 2001.

<sup>8</sup> REIS, João José. **A Morte É uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

<sup>9</sup> RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Divisão de Editoração, 1997.

Nossa pesquisa será dividida em três capítulos: no primeiro faremos uma explanação dos novos estudos sobre a morte e os cemitérios, analisando como os cemitérios são portadores de memória. Mostraremos nesse capítulo as transformações dos lugares de sepultamentos desde os sepultamentos realizados nas Igrejas até os sepultamentos realizados em cemitérios; no segundo capítulo falaremos sobre a construção do Cemitério das Boninas em Campina Grande a partir de um contexto das epidemias; e no terceiro e último, abordaremos, além do aspecto da modernização da cidade, a questão que envolve o período desde a desativação até a demolição do referido Cemitério.

---

<sup>10</sup> CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: RG Editora e Gráfica, 1998.

## 2.0 CAPÍTULO 1 – O SILENCIAMENTO DA MEMÓRIA CAMPINENSE

A história é feita de memória de diferentes povos e das mais variadas classes sociais. Não se pode falar em história sem falar em memória. A memória do ponto de vista da historiografia contemporânea está intrinsecamente ligada à história.

Para Le Goff<sup>11</sup> (1990), a memória pode ser dividida em memória individual e memória coletiva. A memória individual é a capacidade de conservar certas informações através de um conjunto de funções psíquicas, “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p.366). A memória individual se alimenta da memória coletiva, ou seja, o indivíduo armazena as experiências vivenciadas no grupo em que ele está inserido.

A memória coletiva não seria apenas a lembrança de acontecimentos vividos por apenas um indivíduo, mas por todo o grupo, e sendo transmitidas de geração em geração. Dessa forma, a memória coletiva se origina de um sentimento de pertencimento a uma comunidade ou grupo.

A memória, conforme Le Goff (1990), sempre esteve em jogo nas lutas das forças sociais pelo poder. Para o autor, a memória pode ser transmitida tanto pela sua forma oral quanto pela forma escrita. Nas sociedades sem escrita a memória seria repassada pelos que Le Goff qualifica de “especialistas da memória”, os homens – memória e genealogistas – que transmitiam os mitos, o prestígio das famílias dominantes e o saber técnico que se transmitiria por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa.

Após o aparecimento da escrita, a memória passa a ser dividida em duas instâncias, que seriam o monumento e o documento. A primeira forma, conforme Le Goff (1990), é a comemoração, isto é, a celebração através de um monumento comemorativo a partir de um acontecimento memorável; a outra,

---

<sup>11</sup> LE GOFF, Jacques. **História E Memória**. Tradução Bernardo Leitão (et al.). Editora da Unicamp, Campinas, 1990.



ligada diretamente à escrita, seria o documento que teria por objetivo o armazenamento e a transmissão de informações. Assim, a memória pela comemoração que é realizada a partir dos monumentos para a celebração dos grandes acontecimentos, assumiria a forma de inscrições e estas, por sua vez, no Antigo Oriente, deram origens às estelas<sup>12</sup> e aos obeliscos.

Para Le Goff, tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

A demolição do Cemitério das Boninas, em Campina Grande, poderia ser classificado como um dos momentos de manifestação desses mecanismos de manipulação da memória coletiva, feita pelos senhores da memória e do esquecimento de que fala Le Goff?

A partir do discurso das elites pensantes campinenses, a cidade passou a ser idealizada tomando como referência a modernidade, o desenvolvimento e o progresso. Nessa perspectiva, Campina deveria se tornar grande e moderna; para tanto, deveria apagar parte de seu passado que a identificava com o atraso e o retrocesso. E no seu caminho em direção ao futuro estava plantado um cemitério.

As lápides e os túmulos de um cemitério retratam a identidade cultural de um povo em relação aos mortos, segundo Le Goff (1990):

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*menini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, “de onde”, “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (...) Mas desde a Antiguidade Romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco do triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado à

---

<sup>12</sup> Estelas são placas de pedra, madeira ou faiança com inscrições e imagens. As estelas funerárias eram colocadas nos túmulos com preces que garantiriam o bem estar do morto e lembrariam aos vivos seus feitos em vida. Através delas se conhece muito da história do Egito.

perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. (LE GOFF, 1994, p.535).

Dessa maneira, os monumentos funerários, entre outros, foram criados com o intuito de perpetuar a memória, no caso dos cemitérios, lembrança dos mortos. O estudo, portanto, dos cemitérios é de grande importância para se conhecer a memória e parte da história de um povo, ou uma cultura.

Segundo Araújo<sup>13</sup> (2006), o sepulcro, desde a sua origem, consiste num monumento. Estudá-los, portanto, significa interpretar o contexto em que estão inseridos. Desse modo, o cemitério torna-se um lugar de memória, onde são erguidos túmulos/monumentos que portam significados de expressão de uma cultura e da identidade de um povo.

Com o surgimento da Escola de Annales surgiu o interesse dos historiadores por novos temas. Isso ocorreu graças à aproximação de outras áreas do conhecimento, sobretudo da Antropologia. A história então deixa de lado a história dos dominantes e aproxima-se do “povo”. Essa reviravolta permite não só uma aproximação de novos temas, como também de novas fontes e novas abordagens.

O tema ora proposto se enquadra, portanto, na história cultural por abordar as práticas culturais, os rituais e o imaginário sobre a morte. Segundo Vovelle<sup>14</sup> (1991), “nada é mais cultural do que a morte”. Para Barros<sup>15</sup> (2014), as práticas culturais são os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem.

Embora ainda não se escreva muito sobre a morte e os cemitérios, um grande número de historiadores está propondo discussões que abordam o

---

<sup>13</sup> ARAÚJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos Celebrativos de Porto Alegre: Múltiplos Olhares Sobre o Espaço Cemiterial (1889 - 1930)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

<sup>14</sup> VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

<sup>15</sup> BARROS, José. **O Campo da História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

tema – o modo como os sujeitos históricos pensam e lidam com a morte – e o cemitério como um lugar de preservação da memória coletiva de um povo. Novos trabalhos de monografia e teses de doutorados estão surgindo, buscando delinear um novo olhar sobre a morte e as relações sociais entre cemitério e sociedade. Entre esses, temos o estudo de Tiago Nicolau Araújo (2006): “Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial: 1889-1930”. Neste estudo, o autor pensa o cemitério como fonte de informação histórica e de identidade cultural, evidencia em sua pesquisa a importância da preservação dos cemitérios. A partir de epitáfios, fotografias e análises das simbologias e das esculturas nos túmulos procura analisar como o cemitério torna-se um lugar de memória. Para o mesmo, preservando-se os cemitérios guarda-se a identidade cultural de um povo e cria-se um sentimento de pertencimento a um grupo, comunidade, povo ou nação.

A pesquisa de Agostinho Júnior Holanda Coé<sup>16</sup> (2006): “O discurso médico de transferência dos enterramentos das Igrejas para os cemitérios em São Luís (1820-1860)”, aborda como se deu a transferência dos enterros nas Igrejas para os cemitérios em São Luiz do Maranhão, analisando a participação dos médicos higienistas que, inspirados nas ideias vindas da França, diziam que os enterros nas Igrejas deveriam ser proibidos em virtude dos cadáveres ali sepultados causarem doenças culminando, assim, com a construção de cemitérios e a abolição do antigo costume funerário.

Sobre o modo como o homem pensa a morte temos o estudo de Fábio William de Souza<sup>17</sup> (2010) em “Fronteiras póstumas: a morte e as distinções sociais no cemitério Santo Antônio em Campo Grande”, que analisa como a sociedade campo grandense compreendia a morte e o que ela esperava no pós- morte, as relações da sociedade com o cemitério e como os cemitérios

---

<sup>16</sup> COE, Agostinho Júnior Holanda. O Discurso Médico de Transferência dos Enterramentos das Igrejas para os Cemitérios em São Luís (1820-1860). IN: Encontro Regional de História - 'Usos do Passado', XII., 2006. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2006.

<sup>17</sup> SOUSA, Fábio William de. **Fronteiras Póstumas: a morte e as distinções sociais no cemitério Santo Antônio em Campo Grande** - MS. Dourados, 2010. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes/dissertacao-de-fabio-william-de-souza>>. Acesso em 07 de jul. 2014.

perpetuam as distinções sociais entre os vivos. Souza aborda também as relações da Igreja Católica com a sociedade, que era a detentora dos enterramentos e dos ritos fúnebres; através da análise de símbolos de túmulos e epitáfios ele analisa como o cemitério é uma continuidade da cidade dos vivos, com suas diferenças e distinções sociais.

Sobre a relação cemitério e meio ambiente, temos a pesquisa de Victor Santos Carneiro<sup>18</sup> (2009) em “Impactos causados por necrochorume de cemitérios: Meio ambiente e saúde pública”, no qual estuda o processo de decomposição dos corpos e os resíduos liberados, como o necrochorume, substância responsável pela contaminação do solo e aquíferos subterrâneos. Segundo Carneiro, depois de morto, o corpo humano fica infestado de bactérias, vírus e micro-organismos patogênicos e estes têm a capacidade de infiltração no solo com ajuda hídrica, podendo contaminar o corpo d’água abaixo do cemitério. Dessa forma, os cemitérios seriam fontes poluidoras e de contaminação do solo e mananciais. Suas consequências afetariam a saúde da população que vive próxima ou não cemitérios, devido à capacidade de “advecção do contaminante”, sendo necessária uma preocupação maior com a seleção dos locais de implantação e métodos de construção de cemitérios.

Elisiana Trilha Castro<sup>19</sup> (2013) em “Para cada morto, a sua cova: algumas restrições para o sepultamento de protestantes no Brasil, século XIX”, analisa como os imigrantes sofreram com a impossibilidade de praticar suas crenças religiosas no Brasil, principalmente na questão dos enterramentos e ritos fúnebres que eram diferentes dos tradicionais ritos católicos. Como os mortos eram enterrados nas Igrejas Católicas, os protestantes resolvem criar seus próprios cemitérios. A autora expõe sobre as restrições aos

---

<sup>18</sup> CARNEIRO, Victor Santos. **Impactos Causados por Necrochorume de Cemitérios: meio ambiente e saúde pública**. 2009, Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/asubterraneas/article/viewFile/21956/14325> > Acesso em: 15 de jun. 2014.

<sup>19</sup> CASTRO, Elisiana Trilha. Para Cada Morto, a Sua Cova: algumas restrições para o sepultamento de protestantes no Brasil, século XIX. **Revista inter-Legere**. Rio Grande do Norte: n.12, p. 157-172, jan-jun. 2013.

sepultamentos e também sobre os ritos fúnebres católicos ocorridas em várias cidades brasileiras.

Já Cláudia Rodrigues e Gabriel Cavalcante Cordeiro<sup>20</sup> (2013) em “E nós andamos em procissão até o túmulo: sepultamentos, estrangeiros e alteridade no Brasil do século XIX a partir dos relatos de Robert Walsh”, é feita uma análise dos acontecimentos narrados por Robert Walsh, reverendo protestante. Entre esses relatos está a história de um operário estrangeiro que, quando morreu, o padre não aceitou que ele fosse enterrado na Igreja Católica. A partir desse exemplo, os autores abordam temas como alteridade e culturas fúnebres analisando os relatos de viajantes.

Helder Alexandre Medeiros de Macedo, Cristina Galvão Ribas e Maria das Neves Santos Moreira<sup>21</sup> (2004) em “De como os mortos viam os vivos: do imaginário dos moradores da comarca do príncipe, Rio Grande do Norte, Brasil, sobre a morte na segunda metade do século XIX”, procuram investigar qual a visão que a população do Príncipe (Caicó) tinha sobre a morte no século XIX. Através da análise de testamentos, os autores procuram analisar quais os últimos desejos que as pessoas tinham antes de morrer e o que elas esperavam do além-morte.

Dessa forma, embora o estudo sobre a morte e os cemitérios ainda tenha pouca evidência em nossa historiografia brasileira, aos poucos ela vem sendo abordada. Entretanto na historiografia paraibana, principalmente campinense, ainda caminha a passos lentos.

---

<sup>20</sup> RODRIGUES, Claudia. CORDEIRO, Gabriel Cavalcante. “E nós andamos em procissão até o túmulo”: sepultamentos, estrangeiros e alteridade no Brasil do século XIX a partir dos relatos de Robert Walsh. **Revista de História da UNIABEU**. Recôncavo: vol.3, n. 5, jul-dez 2013.

<sup>21</sup> MACEDO, H. A. M. de. RIBAS, C. G. MOREIRA, M. das N. S. De como os mortos viam os vivos: do imaginário dos moradores da comarca do Príncipe, Rio Grande do Norte, Brasil, sobre a morte na segunda metade do século XIX, **Revista de Antropologia Experimental** n. 4, 2004.

## 2.1 Sepultamentos nas Igrejas

Na Paraíba, assim como em todo o Brasil, perdurou durante muito tempo o costume ocidental de sepultar os mortos nas Igrejas. Tal costume foi trazido pelos colonizadores e instituído no Brasil, sendo adotadas pela população até meados do século XIX (RODRIGUES, 1997). Acreditava-se que deveria ser sepultado em local sagrado e que a igreja era o local mais próximo da presença de Deus.

Ser enterrado na Igreja era também uma forma de não romper totalmente com o mundo dos vivos, inclusive para que estes, em suas orações não esquecessem os que haviam partido. (REIS, 1991, p.171)

Dessa forma, podemos perceber que, com os mortos sendo sepultados nas igrejas, os vivos constantemente poderiam lembrar-se deles, suas orações poderiam ajudá-los a passarem mais rapidamente pelo purgatório. Segundo a tradição católica, o purgatório seria uma região de passagem, onde a alma que não estava pronta para entrar no céu, poderia se arrepender de seus pecados e dessa forma ser purificada e liberada para seguir o caminho. Assim, para alcançar mais rapidamente a salvação eterna, os mortos precisariam da ajuda dos vivos, através das missas, orações e todos os ritos que envolviam essa relação.

Vários testamentos serão redigidos nessa época, solicitando missas e orações. Segundo Reis (1991), no passado as pessoas se preparavam diligentemente para a morte. A boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo sem que ele prestasse conta aos que ficavam e também os instruisse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos.

Haverá uma preocupação com a boa morte, a morte era vista como uma passagem, a morte assim não seria o fim, havia a crença na imortalidade da

alma. A boa morte nunca deveria ser solitária, privada. Phillipe Ariès (1991) afirmou que a morte representava uma “manifestação social”, ao redor do moribundo estava sempre reunido seus familiares e amigos. Para o autor, entre a Idade Média e meados do século XVIII, predominou no Ocidente uma relação de proximidade entre vivos e mortos, seria a “morte domesticada”.

Podemos perceber que nesse período não havia separação entre os vivos e os mortos. Os mortos estavam sempre presentes no cotidiano dos vivos. Reis (1997) aborda sobre as cruzes nas estradas que ainda são muito presentes em nosso cotidiano. Essas cruzes serviam pra marcar o lugar onde alguém havia morrido tragicamente e para lembrar aos que passavam de rezarem pela alma da pessoa morta. Falando sobre essa presença constante da morte, Reis (1997, p.104) afirmou: “Ela se encontrava mais integrada entre o cotidiano extradoméstico da vida, desenhando uma fronteira tênue entre o público e o privado”.

Na cidade de Campina Grande os mortos eram enterrados na Igreja matriz, a Catedral, de aproximadamente 1753, período em que a igreja foi construída, até 1856, período em que o cemitério foi construído e a lei de proibição dos sepultamentos na Igreja foi implementada. Segundo Almeida (1979), na igreja havia separação para as sepulturas: a localização das mesmas eram hierarquizadas, a aproximação do altar equivalia à situação financeira do morto. Na capela-mor só os ricos poderiam ser enterrados, mediante o pagamento da taxa considerável.

Desse modo, percebemos que o sepultamento na Igreja Católica não era uma questão de credo religioso propriamente, mas uma questão econômica, isto é, embora não haja estudos, acreditamos que aos católicos pobres e aos demais excluídos estava reservado o sepultamento em locais a esmo. Sobre a quantia a ser paga para se ter direito a um enterro na igreja diz Almeida:

Em 1848 lá também foi sepultado o tenente coronel Manuel Pereira de Araújo, cobrando o vigário Jerônimo José Pacheco de Albuquerque, para a fábrica da matriz, a importância já um pouco mais elevada: trinta e dois mil réis. Ao pároco competiam todas as despesas referentes ao ato fúnebre. Nos funerais do português Manuel Gonçalves de Freitas, em 1833 inclui o vigário José Felipe da

Cunha a conta do caixão (quatro mil réis), mil pregos dourados (dois mil réis), meia arroba de cera (dez mil e duzentos e quarenta réis), dois oitavários de missas (oito mil réis). (ALMEIDA, 1979, p. 290)

Desse modo, podemos verificar o que Reis denominou de “geografia da morte”, tomando a ordem de importância “das covas no adro, de menor prestígio, àquelas próximas do altar-mor, onde se acomodavam os mortos melhor situados na vida.” (REIS, 1997, p.128). Alguns, ainda segundo Reis, preferiam ser enterrados perto da pia batismal, para que os respingos de água benta lhe servissem de alento espiritual no além; e outros na porta da Igreja para que fossem lembrados pelos fiéis que entravam na capela.

Almeida (1979) relata em “História de Campina Grande”, um testamento do sargento-mor Paulo de Araujo Soares, de 3 de maio de 1824 que, sentindo-se doente, chamou em sua presença o padre José Gonçalves Ourique e ditou-lhe suas últimas vontades, entre as quais estava o desejo de ser enterrado na Matriz.

Meu corpo será envolto em hábito de São Francisco, ou no que mais ponto se achar, será acompanhado pelo meu reverendo pároco e o clérigo que se acharem para minha matriz onde serei sepultado, e ai me farão o meu enterro solene com o reverendo e sacerdote que se acharem na Freguesia, e me farão ofício de corpo presente e nesse dia celebrarão todas as missas por minha alma com a estola do costume, e se dará na missa conformidade um oitavário de missas a cada um dos reverendos e sacerdotes. (ALMEIDA, 1979, p. 25-26)

A presença de padres ao lado dos mortos era uma solicitação frequente nos testamentos. Segundo Reis (1991), os padres eram comparados a instrutores militares, já que deviam treinar a alma do moribundo para entrar em um combate contra as forças do mal. As armas seriam os sacramentos, cuja eficácia é ensinada aos doentes fortalecendo-os contra os ataques dos adversários.

Os testamentos ditavam as últimas vontades que o moribundo manifestava antes de partir. Para Ariès (1989), do século XIII ao século XVIII, o testamento foi o meio de cada um exprimir, muitas vezes de maneira muito



pessoal, os seus pensamentos profundos, a sua fé religiosa, o seu apego às coisas e aos seres que amava, a Deus, as decisões que tinha tomado para assegurar a salvação de sua alma, o repouso do seu corpo: “O testamento era então um meio de cada homem afirmar os seus pensamentos profundos e convicções, mais do que simplesmente um acto de direito privado para a transmissão duma herança”. (Ariès, 1989, p. 46.).

Podemos constatar que na Paraíba, assim como no Brasil, era muito forte a ideia de que era preciso ser enterrado na igreja apesar de nem todos possuírem esses privilégios. Na Igreja Católica, os judeus, suicidas, assassinos, hereges e excomungados, eram proibidos de serem enterrados (Reis, 2001, p.174). A condição para dispor de um sepultamento nas igrejas, deveria ser concedida mediante pagamento, o que excluía aqueles que não possuíam posses que, por sua vez, eram sepultados aleatoriamente. Segundo Almeida, “Em 1852, os cadáveres continuavam a ser inumados nas Igrejas e em campos afastados das povoações”. (ALMEIDA, 1979, p. 290).

Veremos posteriormente que os mortos, devido às inúmeras epidemias que alastravam a Paraíba, serão vistos como perniciosos, imundos e intocáveis, devendo ser colocados distantes dos vivos. Em virtude disto, os cemitérios serão construídos cada vez mais afastados dos centros urbanos. Nessa categoria inclui-se a história do Cemitério Velho de Campina Grande, ou Cemitério das Boninas.

### 3.0 CAPÍTULO 2 – A PRESENÇA CONSTANTE DA MORTE: EPIDEMIAS EM CAMPINA GRANDE

Pela sua localização geográfica e pela sua posição comercial a cidade de Campina Grande tornou-se um epicentro também das epidemias que assolaram toda a província em meados do século XIX (AGRA DO Ó<sup>22</sup>, 2006, p. 19).

Segundo Agra do Ó (2006), esse arruado, em 1864 quando se fez cidade, possuía apenas cerca de 300 casas, distribuídas por quatro ruas e quatro largos, e chegaria aos primeiros anos do século seguinte com mais umas tantas duzentas casas. Citando Almeida (1979) diz que a figura de Campina era de uma localidade pobre e estercorosa, em que a vida ia se costurando frouxa entre becos e casas a ponto de ruína, as poucas vias cheias de lixo e manadas de porcos que madrugavam, fuçando os monturos e fazendo a higiene no comer os dejetos.

Dessa forma, com a sujeira e a falta de higiene, era de se esperar que Campina sofresse com as grandes epidemias que assolavam outras cidades. Entre todas as epidemias que Campina sofreu com certeza a mais terrível foi a da *Cólera mórbus* que, possivelmente, seria proveniente do estado do Pará e atingido a Paraíba. A doença era caracterizada por manifestações de vômitos, diarreia, supressão da urina e por matar o doente em poucos dias (ALMEIDA, 1979, apud, AGRA DO Ó, 2006).

O primeiro surto da epidemia ocorreu no ano de 1856, seguido pelo segundo surto no ano de 1862. Segundo Câmara (1998) o *Cólera morbus* teria vitimado no município 1.547 pessoas, totalizando aproximadamente um décimo da população campinense. Diante de tantos agravos a população rezava e quando só a fé não resolvia reclamava-se do saneamento, discutia-se um lugar para os despojos das vítimas, mandava-se buscar médicos e estudantes da

---

<sup>22</sup> Ó, Alarcon Agra do. Relatos de Males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: \_\_\_\_\_; *et al.* **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. 2ª ed. João Pessoa: Ideia, 2005.

Bahia. Tais médicos eram considerados iniciadores de uma nova era na medicina brasileira, que buscavam a causa dessa doença. Esses médicos vindos da Bahia vinham de universidades que tinham como referência os estudos da medicina experimental oriundos da França.

Na Europa, a França era o exemplo maior de “progresso e civilização” servindo de referência para as sociedades em processo de “civilização”. Os médicos vindos da Bahia, estudantes da universidade aos moldes da École de Medicine de Paris (Reis, 1991) queriam implantar aqui esse modelo.

Dentre as explicações para justificar as causas das epidemias estava a doutrina dos miasmas, que seriam gases venenosos que contaminavam o ar, gerando um número incontável de doenças. Para os médicos higienistas o costume de se enterrar os mortos nas Igrejas traziam um grande perigo para os vivos, pois os miasmas que saíam dos corpos enterrados na Igreja eram prejudiciais a saúde.

Segundo Carneiro (2008), o fator que culminou com o fim do sepultamento no interior das igrejas foi às medidas de prevenção e saúde pública. Coé (2006) diz que era necessária uma reorganização e civilização dos costumes, começando pela redefinição da localização dos locais de sepultamento. Era preciso, portanto, a relocação desses locais de sepultamentos, que foram transferidos das igrejas para os cemitérios.

Ariès (1990) relata casos em que coveiros ao abrirem covas nas Igrejas de Paris morreram em decorrência dos odores fétidos dos cadáveres. Os médicos acreditavam que o ar transportava o mal a distância, a decomposição dos mortos teria uma relação com as epidemias e com o que chamamos hoje de doenças infecciosas.

O medo da doença e da morte atingia ricos e pobres. A presença da morte nunca esteve tão forte quanto em tempos de epidemias. O sino da igreja era tocado cada vez que alguém morria; esses toques (badaladas) se tornaram tão frequentes que o presidente da província teria solicitado ao bispado que cessasse essa tradição, que por sua vez, constrangia o enfermo no leito de

dor, "podendo tais badaladas, tristemente apressarem seu passamento" (Pinto, 1997, apud AGRA DO Ó, 2006).

As mortes, sendo tantas e de impactos tão amplos, as dores da família e da comunidade em geral se confundiam com a necessidade de se explicar o que estava acontecendo, diversos sujeitos sociais assumindo posturas de intervenção para entender e debelar a epidemia. (AGRA DO Ó, 2006, p. 26).

Percebemos, assim, que a presença constante da morte causava horror e medo, devendo os doentes ser isolados e os mortos afastados do convívio dos vivos, sendo urgente a construção de um cemitério para a cidade.

### **3.1 A Construção do Cemitério**

Como visto anteriormente, a necessidade de se construir um cemitério ainda não tinha sido posta em questão, pois não havia problemas significativos relacionados à forma como os sepultamentos ocorriam. O cemitério da cidade de João Pessoa só foi construído em 1855, devido o aparecimento da febre amarela que desde 1850 assolava a Paraíba. Campina Grande, que ainda era Vila Nova da Rainha, só foi contemplada com o cemitério logo após o aparecimento do *Cólera mórbus*, em 1856. Câmara (1998) afirma que o número de mortos não podia ser contido nos recintos da igreja, dessa forma foram improvisados cemitérios para o sepultamento dos mortos.

Não havendo espaço nos recintos das igrejas da vila e das povoações para o sepultamento dos cadáveres, foram em diversos sítios improvisados cemitérios cercados de madeira. Foi nessa ocasião que teve começo um nas boninas, trezentas Braças a noroeste da Igreja do Rosário, da vila. (CÂMARA, 1998, p. 43).

Para Almeida, não resta dúvida de que o cemitério foi construído em 1856, em virtude da lei número 9, do artigo 12, de 12 de setembro de 1856,

que decretava o fim do antigo costume de sepultamento dos mortos na Igreja de Campina Grande.

É proibido nesta vila e suas povoações o enterramento nas Igrejas, devendo ser em cemitério, ou campo para esse fim destinado que seja fora dos povoados e em sepulturas, bastante fundas. (ALMEIDA, 1979, p. 292).

Mesmo antes da implementação da lei, quando os sepultamentos ainda eram feitos na Catedral, os enterramentos seguiam os preceitos estabelecidos em resoluções oficiais. Segundo Almeida (1979), o código de postura aprovado em 1851, sancionado pelo Presidente Sá e Albuquerque, determinava em seu artigo 34:

Os sacristãos das Igrejas e capelas, onde se costumam sepultar cadáveres, serão obrigados a ter abertas as mesmas igrejas e capelas todos os dias, por espaço de quatro horas, ao menos, e a fazer cavar as sepulturas na profundidade de sete palmos, pelo menos. O infrator em uma e outra infração pagará a multa de dois mil réis. (ALMEIDA, 1979, p. 292).

Observa-se que mesmo em si tratando dos sepultamentos nas igrejas, havia normas de prevenção que determinavam um cuidado específico com o tratamento dos cadáveres nesses locais. O que demonstra que, mesmo anterior a ideia dos miasmas desenvolvida pela medicina, havia um receio com relação aos possíveis males físicos transmitidos pelos cadáveres.

O cemitério foi construído para atender a uma população de 2.000 habitantes, estava localizado nas Boninas, próximo do centro da cidade, na Rua Félix de Araújo.

Segundo Queiroz<sup>23</sup> (2008), as práticas higienistas nortearam a implantação do Cemitério das Boninas, sendo o cemitério construído em um

---

<sup>23</sup> QUEIROZ, Marcos Vinicius Dantas de. "**Quem te viu não te conhece mais**": Arquitetura e cidade de Campina Grande em Transformação (1930-1950). São Paulo : EESC-USP, 2008

ponto mais elevado do que os outros edifícios da cidade, pois se seguia o pensamento da época que os cemitérios deveriam ser construídos em lugares altos para não contaminar a cidade com os gases pútridos que eram liberados pelos cadáveres.

Os cemitérios deveriam ser implantados afastados do núcleo urbano, de preferência em ponto mais elevado do que este, de tal forma que ficassem a salvo de inundações e que propiciassem que os ventos dominantes vindos do quadrante leste sudeste, no nosso caso, arrastassem para fora da cidade os miasmas produzidos. (QUEIROZ, 2008, p. 40).

É possível supor, com base em outros estudos, que não foi fácil para a população aceitar a construção dos cemitérios visto que havia o costume de que os mortos deveriam ser sepultados nas Igrejas, assim como a Igreja que era a responsável pelos enterros e recebia por eles não ficou satisfeita com essa decisão, embora nenhuma reação acerca dessa contestação seja encontrada nos documentos da época no que diz respeito ao caso dos cemitérios campinenses

Reis (1991), em seu livro *“A morte é uma festa”*, aborda sobre a Cemiterada, que foi uma revolta popular decorrente da proibição dos enterros nas Igrejas na Bahia, na qual a população destruiu um cemitério recém-inaugurado. Conforme o autor, essa revolta era liderada pelas irmandades religiosas, que obtinham importantes recursos com os enterros nas igrejas e a transferência, portanto, dos enterramentos para os cemitérios resultaria na extinção dessa fonte de lucro.

Reis (1997) afirma que em todo o Império as populações foram se adaptando ao novo regime funerário, pois as epidemias de cólera que se abateu sobre uma vasta área do Império em 1855 a 1856 apressou essa adaptação:

Os mortos contados aos milhares já não podiam receber os cuidados que até então os sobreviventes lhes dedicavam para que

desfrutassem uma boa morte. Em primeiro lugar ficava agora a saúde física dos vivos, não a dos mortos, entre as primeiras providências figurava a expulsão destes das cidades dos vivos, das Igrejas e dos cemitérios intramuros. (REIS, 1997, apud, RODRIGUES, 1997).

Percebemos, assim, que uma mentalidade cultural foi transformada em virtude das grandes epidemias. A morte, que segundo Ariès era “domesticada”, agora se tornou “Selvagem”, ou seja, os mortos que antes faziam parte do cotidiano da sociedade, agora eram colocados cada vez mais distantes dela.

Agra do Ó (2006) diz que com as epidemias há uma subversão das relações banais de sociabilidade, em que as práticas tornadas quase naturais pela sedimentação precisavam ser desfeitas, substituídas; viver não era o mesmo sob o signo da contaminação, da doença e da morte.

Segundo Rodrigues (2008), apesar de afastados da cidade e da Igreja, os cemitérios precisavam ser “bentos”, isto é, abençoados pela autoridade da Igreja para que entrassem em funcionamento. Ou seja, benzia-se com água benta o cemitério para que ele se tornasse um lugar santo, o que tornava o cemitério uma extensão do terreno da igreja. Os enterramentos só seriam autorizados mediante a apresentação de uma declaração paroquial de encomendação do cadáver. Assim, não obstante serem públicos, os cemitérios se destinavam exclusivamente ao público católico, tendo em vista que o catolicismo era religião oficial do Estado.

A necessidade da bênção dos cemitérios fora definida desde a lei de 1º de Outubro de 1828 que, ao conferir nova forma às Câmaras Municipais, demarcando suas atribuições, determinou no parágrafo 2º do artigo 66 que o estabelecimento dos cemitérios fora do recinto dos templos deveria “conferir com a principal autoridade eclesiástica do lugar” (REIS, 1991. p. 276).

Em Campina Grande parece não ter havido separação dos locais para sepultamentos dos não católicos, ou seja, de pessoas que professavam crer em outros credos, pois nada consta sobre isso nos documentos pesquisados, O que nos leva a crer que todos eram sepultados no Cemitério Velho mesmo que a Igreja Católica fosse a dona do terreno em que estava estabelecido o mesmo (ALMEIDA,1979). Conforme Rodrigues (2008), os cemitérios só

deixariam de ter a jurisdição da Igreja e de serem bentos, com o Decreto n° 510, de 1890, que finalmente secularizava os cemitérios brasileiros.

O fato de o cemitério ser construído para uma população de apenas dois mil habitantes, no ano de 1889, trinta e três anos após sua construção, já estava com sua capacidade máxima esgotada. Sem ter espaço mais para se cavar uma cova sequer, as autoridades eclesiásticas e governamentais perceberam que a cidade estava precisando urgentemente de um novo lugar para os seus mortos:

Encontrava-se João Lourenço Porto á frente da prefeitura, em meado desse ano, quando lhe chega às mãos um ofício do vigário da Freguesia, Mons.Sales, comunicando que o cemitério estava lacrado, não podendo receber nenhum morto de qualquer idade. Lembrava ser urgente a designação oficial do novo local para os sepultamentos, onde se construiriam depois as obras necessárias. E como o problema era grave, saíram as duas autoridades, prefeito e vigário, a percorrer os arredores da cidade, em busca de lugar conveniente, afastado, sem perigo para a população, contrário aos ventos, em ponto elevado. (ALMEIDA, 1979, p. 295).

Observa-se, assim, que o novo local para serem sepultados os mortos, deveria obedecer às condições de higiene. Foi escolhido um sitio onde hoje é o cemitério Nossa Senhora do Carmo, atual Cemitério do Monte Santo, um local distante da cidade. Entretanto, segundo Almeida (1979) esse novo local não obteve aprovação unânime: algumas pessoas protestaram, pois, segundo eles, os gases pútridos poderiam contaminar a água do Açude Novo, que era o reservatório onde a população se abastecia.

Sendo tão urgente a necessidade de encontrar um novo local para os mortos serem enterrados que “mal pode limpar o terreno, aplainá-lo, cercá-lo de arame, estava inaugurado” (ALMEIDA, 1979, p. 295). Segundo Almeida (1979), a administração não pôde realizar obras indispensáveis como o muro de contorno, capela, cruzeiro. O levantamento das paredes foi obra de Cristiano Lauritzen, os outros melhoramentos da necrópole, capela, necrotério, ampliações, calçamento, arborização, devem-se à administrações posteriores.



Segundo Silva Filho<sup>24</sup> (2005), em 31 de outubro de 1899, foi escolhido o sítio onde hoje é o cemitério Nossa Senhora do Carmo. Assim começou a construção do Cemitério Novo e, em 10 de outubro de 1907, foi concluída a remodelação do cemitério pela municipalidade.

Dessa forma, o Cemitério Nossa Senhora do Carmo foi construído às pressas, pois o antigo cemitério não poderia conter mais o número de mortos da cidade. Com o passar do tempo o antigo cemitério foi deixado “à míngua”, à mercê dos vândalos. Com o tempo seu muro partiu em vários lanços (ALMEIDA, 1979, p. 295).

Segundo Almeida (1979) tal estado de profanação, tamanho desrespeito ao lugar sagrado que se guardava os restos das gerações campinenses, despertou a atenção de algumas pessoas. Constante na veneração à memória dos mortos, assim fizeram uma comissão para conseguir reconstruir o antigo cemitério. Entre os líderes do movimento estava Hortêncio Ribeiro, que desejavam que o antigo cemitério fosse reconstruído e embelezado. A comissão redigia cartas pedindo que o cemitério fosse lembrado pelas autoridades:

Cidadãos: Com a maior simpatia os abaixo assinados se atrevem a fazer um apelo à vossa veneração pelos mortos, a fim de que cesse a profanação do antigo cemitério de Campina Grande, onde os queridos ausentes, que são nossos pais, as nossas esposas, os nossos filhos, os nossos irmãos e os nossos amigos, dormem o último sono. É preciso que os bons cidadãos aqui domiciliados, numa ação conjunta com os poderes públicos – espiritual e municipal – subtraíam o campo santo ao sacrilégio das naturezas indiferentes, sem nenhuma educação cívica e religiosa. Apresentemos o espetáculo dum povo que sabe honrar seus antepassados, não esquecendo jamais que o culto prestado à memória dos que morreram é o maior atestado de moralidade que em nosso favor, hoje e no futuro, se poderá averbar. A cooperação que de vós é aqui solicitada poderá começar pelo vosso comparecimento domingo, 10 do corrente, às 2 horas da tarde, no paço municipal desta cidade, onde será assentado o que nos cumpre em prol daqueles a quem tudo devemos. (HORTÊNCIO RIBEIRO, apud ALMEIDA, 1979, p. 298).

---

<sup>24</sup> SILVA FILHO, Lino Gomes Da. **Síntese Histórica de Campina Grande, 1670-1963**. Campina Grande: Editora Grafset, 2005.

Nessa reunião, Ribeiro falou sobre o cemitério pedindo a cooperação de todos para a reconstrução e embelezamento do mesmo. Nomeou-se nesse momento uma comissão para angariar donativos e encarregar-se do trabalho. Enviaram cartas às mulheres da sociedade campinense para ajudarem na obra de reconstrução, ofertando donativos:

“Ilustre Patrícia:

Boa como é, de certo nos vai auxiliar no modo altruísta de acorrer ao estado de abandono e de ruína em que se acha, apesar nosso, o antigo cemitério desta cidade. É uma tristeza recordamos que a sagrada necrópole campinense guarda em seu seio tudo que de grande e de terno já floresceu em nossa terra: mães, esposas e filhas admiráveis. Em comunhão com o piedoso vigário, assentamos levantar, mediante apelo direto às almas condoídas, a importância necessária a tamanho empreendimento:

- a) Transformar tudo aquilo num horto fechado e com árvores,
- b) Erigir um monumento votivo, que diga a nossa saudade dos mortos.

Eis o grande motivo por que ousamos dirigir esta petição a seu espírito gentil. Gratos pela atenção. (HORTÊNCIO RIBEIRO, apud ALMEIDA, 1979, p. 298).

Quermesses, campanhas e leilões foram feitos para conseguir dinheiro para a obra de reconstrução do cemitério. Começaram a construir o muro largo e alto substituindo o antigo muro, fizeram um grande monumento com os dizeres em latim *Campinenses gens urbis conditoribus dicat*, onde traduziria a homenagem dos campinenses aos fundadores da cidade. Não foi encontrado a partir dos relatos de Elpídio de Almeida (1979), em que ano foi realizada essa reforma do cemitério.

De acordo com Almeida (1979), assim estava preservada e defendida a morada dos que morreram em Campina Grande na segunda metade do século passado. Os vivos podiam ir visitá-los, sem vexames, os seus mortos. O ambiente era de quietação e evocações. Entretanto, no ano de 1931, o cemitério foi posto à venda, durando pouco a felicidade dos que ainda visitavam e adoravam seus mortos. “O trabalho longo e persistente em que

muitos colaboraram desapareceu num instante pela ação de poucos” (Almeida, 1979, p. 299).

#### 4.0 CAPÍTULO 3 – A MODERNIZAÇÃO CAMPINENSE: O NOVO BROTA DO MONTURO DO PASSADO

A partir dos anos 30 Campina passou por transformações, principalmente na área central da cidade. Com o crescimento populacional e o crescimento econômico a partir do comércio do algodão, novos prédios foram construídos, enquanto outros foram demolidos para abertura de ruas e vias.

Conforme Araújo<sup>25</sup> (2010), a rede de esgotamento sanitário, o abastecimento de água e a reforma urbana, no entender dos homens de letras de Campina Grande, representavam a concretização dos ideais de progresso, desenvolvimento e civilização. Essas transformações, para Queiroz (2008), seriam pautadas nos ideais de higienização, circulação e embelezamento, alicerçado no mesmo lema positivo de progresso, modernidade e beleza. Desse modo, aquilo que representasse o passado “incivilizado”, deveria ser eliminado ou, ao menos, deslocado para as periferias, longe do olhar dos visitantes e das autoridades.

As grandes epidemias que transformavam a vida dos campinenses faziam aumentar o discurso higienista, que insistia na necessidade de uma cidade baseado nos princípios da higienização para, desse modo, impedir novas doenças. Conforme Queiroz (2008), os olhares médicos, técnicos e estéticos dos letrados locais passaram a reclamar uma cidade sadia, arejada, arborizada, com belas casas e edifícios. Araújo (2010) afirma que, na tentativa de sanitizar Campina Grande foram feitos alguns melhoramentos urbanos, como por exemplo, o sistema de abastecimento de água, uma vez que até o ano de 1927, a população campinense utilizava água das cisternas e do Açude Novo para seu consumo diário.

O sistema de abastecimento de água, contudo, era considerado ineficiente, levando os comerciantes a frequentes reclamações acerca da falta d'água. Araújo (2010) diz que certos serviços públicos, como a coleta regular

---

<sup>25</sup> Araujo, Silveira Vieira de. **Dispensando o feioso**: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960). UFCG, Campina Grande, 2010.

de lixo, a rede de abastecimento de água, o sistema de esgoto, a retirada de entulho que se acumulavam nas ruas, das fontes de água, etc., representam a tentativa de higienizar a cidade.

Vemos assim que, na tentativa de higienizar a cidade, mudanças foram feitas no cotidiano e na vida das pessoas, nos espaços públicos e privados:

A sanitização do espaço urbano de Campina Grande foi construída através de práticas e discursos que representam a higiene no cotidiano das pessoas, ordenando o seu “viver” na cidade em diferentes espaços como a casa, a feira, o cemitério. (ARAÚJO, 2010, p. 54).

Queiroz (2008) afirma que Campina, ao chegar à década de 30, já experimentava um certo ar de modernidade, contudo suas estruturas urbanas e arquitetônicas de becos, ruas desalinhadas e edificações térreas engavetadas em lotes estreitos com suas respectivas alcovas, ainda continuavam herdeiras das consideradas arcaicas passagens do século XIX, consideradas “incivilizadas”.

Agra<sup>26</sup> (2010) afirma que a modernidade que se buscava em Campina não podia ser a mesma que se vivia em cidades como Londres e Paris, na época. Devido às especificidades de cada área, a ideia de modernidade seria vivida também de maneira específica. Campina, assim, se sentia moderna por possuir algumas “seduções do mundo moderno” (ARANHA, apud, Agra, 2010) como, por exemplo, a chegada do trem de ferro à cidade, o telégrafo, o automóvel, entre outros símbolos.

Conforme MACHADO (1978), o projeto de esquadrinhamento das cidades brasileiras na segunda metade do século XIX teve por objetivo localizar, transformar e afastar determinados elementos considerados como principais responsáveis pela insalubridade e pelo comprometimento da saúde e higiene públicos, como os matadouros e cemitérios.

---

<sup>26</sup> AGRA, Giscard. **Modernidade aos goles**. A produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935. Campina Grande, EDUFPG, 2010.

Entre esses edifícios “incivilizados” e insalubres, podemos enquadrar o Cemitério Velho ou das Boninas que, por sua vez, localizava-se na área central da cidade, a qual tinha como pretensão inserir-se no processo de modernização. O Cemitério Velho, no entanto, quando da sua construção em 1856, localizava-se distante do centro. Porém, com o desenvolvimento da cidade, foi cercado por armazéns de algodão e outras casas comerciais, tornando-se, desse modo, um impedimento ao desenvolvimento e modernização da cidade.

Em 1909, o jornal “O Campina Grande”<sup>27</sup> chamava atenção em seu noticiário sobre as condições precárias em que o mesmo se encontrava:

Temos nessa cidade dois cemitérios, sendo um administrado pelo poder municipal e o outro pelo eclesiástico, o primeiro não pode ser percorrido pelo visitante devido o matagal que o invade e o último então constitui hoje um foco de imundície, é nesse que para nossa amargura, de nossa terra visitada todos os dias por uma população de costumes adiantados, está servindo de latrina e mictório. Lamentamos tudo isso, porém nada temos que fazer desde que estamos sendo condenados, porque denunciemos aos públicos, as ruínas dessa terra que tanto amamos. Sabemos que a verdade hoje é um crime e voluntariamente aceitamo-la por nossa própria égide. (O Campina Grande, 29 de agosto de 1909).

Segundo Agra (2010), o jornal “O Campina Grande”, dirigido por Protássio Sá e Gilberto Leite, teve sua primeira edição lançada em 24 de janeiro de 1909. Inicialmente os seus editores tinham como foco poesias e temas românticos. A partir de meados desse mesmo ano o jornal mudou o seu enfoque para a denúncia e questões relacionadas, sobretudo, aos problemas decorrentes da urbanização, como: denúncia contra a falta de higiene pública, descaso do governo municipal, incluindo a administração dos cemitérios, a jogatina e outras praticadas denominadas de ‘costumes incivilizados’.

Em “Construindo a cidade com tijolos discursivos”, o historiador Clarindo B. de Souza<sup>28</sup> (2011) analisa como os discursos construía a cidade.

---

<sup>27</sup> O Campina Grande, 29 de agosto de 1909.

Discursos que se propunham modernos e em defesa de uma cidade também moderna, dentre esses, destacam-se os jornais:

Sente-se o desejo dos autores das matérias jornalísticas em livrar-se de forma mais rápida possível daquilo que “enfejava”, “emporcalhava”, ou ‘denegria’ a imagem da cidade. Os autores daqueles textos pretendiam que a cidade fosse vista por seus leitores como um local progressista, desenvolvido, que moderno, devendo, portanto, ser habitado somente por gente “civilizada”. Logo, quem não se adaptasse a este “modelo ideal” de cidade deveria ser severamente criticado ou, no mínimo, “convidado” a integrar-se. (SOUZA, 2011, p. 430)

Como se pode constatar, o discurso médico sugeria a redefinição do espaço urbano a partir dos conceitos caros a sociedade moderna, como higiene, limpeza e urbanidade a partir de novas práticas culturais.

Segundo Agra (2010), a construção de uma cidade moderna tinha como meta atrair novos visitantes, seja para residir, trabalhar, empreender, consumir ou conhecer. Percebe-se, assim, que nos ideais de civilização e progresso, uma cidade moderna e grande para os padrões da época não deveria coexistir com um cemitério antigo, insalubre, que estava servindo apenas de “mictório e latrina”, como já informava o Jornal “O Campina Grande” e para a ação de vândalos que invadiam o local devendo, pois, ser demolido e apagado da memória de um povo que pretendia ser “civilizado” e moderno (ALMEIDA, 1979).

Para entender como os discursos constroem a sociedade, podemos utilizar o conceito de representação de Roger Chartier (1990). Para esse autor, as representações do mundo social, embora aspirem à universalidade fundada na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam; as percepções do social não seriam de forma alguma discursos neutros: elas

---

<sup>28</sup> SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Construindo a cidade com tijolos discursos Campina Grande- PB (1945- 1965). IN: APOLINARIO, Juliete Ricarte. SOUZA, Antonio Clarindo B. **Diálogos interdisciplinares entre fontes documentais e pesquisa histórica**. Campina Grande: EDUEPB, 2011

produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados:

A relação de representação é desse modo, perturbada pela fraqueza da imaginação que faz com que se torne o engodo pela certeza, que considera os signos visíveis, como índices seguros de uma realidade que não o é. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta. (CHARTIER, 1990, p. 185-186).

Assim, as representações são pensadas e construídas por concepções criadas pelos grupos dominantes e repassadas para toda a sociedade. Chartier (1990) afirma que as representações coletivas mais elevadas só tem existência quando comandam atos. Dessa maneira podemos observar como os discursos da elite intelectual foram formadores de uma nova mentalidade sobre o cemitério que deixou de ser um local sagrado para se tornar um local insalubre.

Para Moscovici<sup>29</sup> (apud, MESTRE, 2004), as representações sociais seriam responsáveis por comportamentos e atitudes dos indivíduos na coletividade, que sofrem alterações a partir da vivência na qual é forjada. Para o referido autor as representações sociais são fenômenos do cotidiano, que se produz num determinado contexto social. O indivíduo, ator participante da coletividade, se apropria da produção coletiva acerca de determinados valores sobre os quais a coletividade criou uma ideia comum.

Podemos observar, assim, como os discursos da elite intelectual da época introduziu novas maneiras de pensar e agir acerca da morte. O que antes fazia parte da coletividade de um povo, agora deveria ser esquecido, lembrança ruim de um tempo arcaico e incivilizado. Entretanto, esse discurso acerca da modernização da cidade, não sugeria o modo desrespeitoso como foram tratados os restos mortais dos que ali se encontravam, a forma como as autoridades e a comunidade em geral tratou da questão deve ser analisada.

---

<sup>29</sup> MESTRE, M. & PINOTTI, R. C. **As Representações Sociais e o Inconsciente Coletivo: Um Diálogo Entre Duas Linhas Teóricas**. Curitiba: PsicoUTPonline, julho de 2004. Disponível em <[www.utp.br/PSICO.ONLINE/site4/repres\\_sociais.pdf](http://www.utp.br/PSICO.ONLINE/site4/repres_sociais.pdf)>>. Acesso em 07\09\2014.



O que podemos identificar aqui é que não há nos documentos pesquisados registros dessa reação. Se elas existiram e foram negadas pelos documentos ou existiram, mas não chegaram a chamar a atenção para serem registradas ou de fato não existiram. Podemos perceber diante da demolição do cemitério uma desvalorização da memória e, portanto, da história.

Nesse sentido podemos perceber uma visão futurista em detrimento do passado, a adoção de valores europeus e colonizadores em detrimento a tradição, uma tradição que também era do colonizador (valores cristãos), mas que já havia sido assimilada e fazia parte da cultura local. Vemos também a negação de uma identidade coletiva local e a falta de percepção de que um povo sem memória não tem história nem identidade.

O que se pode observar também é uma prática recorrente na sociedade brasileira que se verifica também na atualidade que é a valorização do dominante em detrimento do dominado, do futuro em detrimento do passado.

#### **4.1 A Demolição do Cemitério**

No ano anterior à venda do cemitério, o decreto estadual número 29 transferia a administração desses locais do Estado para os municípios (CAMARA, 1998). Dessa maneira, uma vez que o cemitério já encontrava-se sem uso há cerca de trinta e dois anos, acarretando inúmeros problemas de ordem pública para a cidade; e a cidade por sua vez assistia a um relativo crescimento econômico e populacional, todos esses fatores reunidos eram suficientes para justificar a eliminação do mesmo. Todavia, segundo Queiroz (2008), esse ato foi pautado propriamente por questões imobiliárias e não de higienização do espaço urbano:

o cemitério é uma boa área de terreno que se acha, pode se dizer perdida, abandonada, sem nenhuma utilidade pública ou particular nas condições que se acha, vendido será mais um

espaço que se abre as novas construções que se desenvolvem (acto louvável, 1931). (QUEIROZ, 2008, p. 95).

A necessidade de abertura de espaço na área central da cidade era sem dúvida crucial todavia não se pode desconsiderar o processo de eliminação dos problemas decorrentes dessa área, entre os quais: o vandalismo e o abandono do local. Não se devendo atribuir, portanto, essa medida apenas à questão imobiliária. Num desabafo pesaroso, Cristino Pimentel<sup>30</sup> (1958) declara:

Em 1932, era o prefeito Lafaiete Cavalcante, umbuzeirense, a quem Campina Grande deve alguns serviços de monta, e a quem ela não pode esquecer pelos traços que deixou como governo. Homem sem raízes de família no meio e sem cultura específica, que o fizesse pensar que aquele cemitério era um marco do amor da cidade, não viu razões para ser conservada a antiga necrópole como monumento. (PIMENTEL, 1958, p. 32).

Dessa forma, podemos observar que o cemitério não foi visto como um lugar a ser preservado, mas que deveria ser demolido para que novas casas comerciais surgissem no local. Para Queiroz (2008) não houve tempo nem intenção para a retirada dos restos mortais dos que estavam ali enterrados, os novos prédios invadiram um espaço antes sagrado de propriedade da Igreja. Segundo Câmara (1998), a profanação de tal parte foi cometida para a construção das garagens e oficinas de automóvel da firma Oliveira Ferreira e Cia (CÂMARA, 1947, p.116), depois S. B. Cabral & Cia (ALMEIDA, 1979, p.300).

Essa retirada do cemitério da área central da cidade também seguia uma orientação do discurso médico higienista que alertava sobre a prevenção de doenças, sobre os modos de vida das pessoas, suas habitações e os locais insalubres. Dessa forma, locais como hospitais, cemitérios e matadouros foram listados como portadores de possíveis focos de doenças, os quais deveriam

---

<sup>30</sup> PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da história de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.

ser construídos longe do centro da cidade e de fontes de água, preferencialmente em lugares altos onde os ventos não poderiam trazer os miasmas.

Assim o cemitério foi demolido, os ossos foram levados, sendo transportados em barris, para o Cemitério Nossa Senhora do Carmo e atirados numa vala comum. Procurando entender as causas possíveis para a ausência de protestos em torno da demolição do Cemitério Campinense podemos analisar outra reação semelhante ocorrida bem distante daqui. O exemplo da população Parisiense, relatada por Phillippe Aríes (1990) quando o cemitério dos inocentes foi destruído em 1875:

Nada, porém aconteceu: a população parisiense aceitou com perfeita indiferença a destruição do cemitério de seus pais e quase se desinteressou pelas catacumbas. O local destas nunca foi popular em Paris. Mais de cinco séculos de mortos parisienses – uma terra venerada a ponto de, por vezes, como a da Palestina, a ser adicionada ao túmulo quando não se podia ser enterrado nela, desapareceram, foram dispersos sem piedade e nem homenagens. (ARÍES, 1990, p.544).

Desta maneira, a população parisiense não se interessou pelo cemitério ser destruído. Em Campina Grande parece ter havido a mesma reação: o cemitério já estava abandonado a mais de trinta anos e mesmo antes da sua demolição os campinenses não visitavam seus antepassados, salvo algumas exceções.

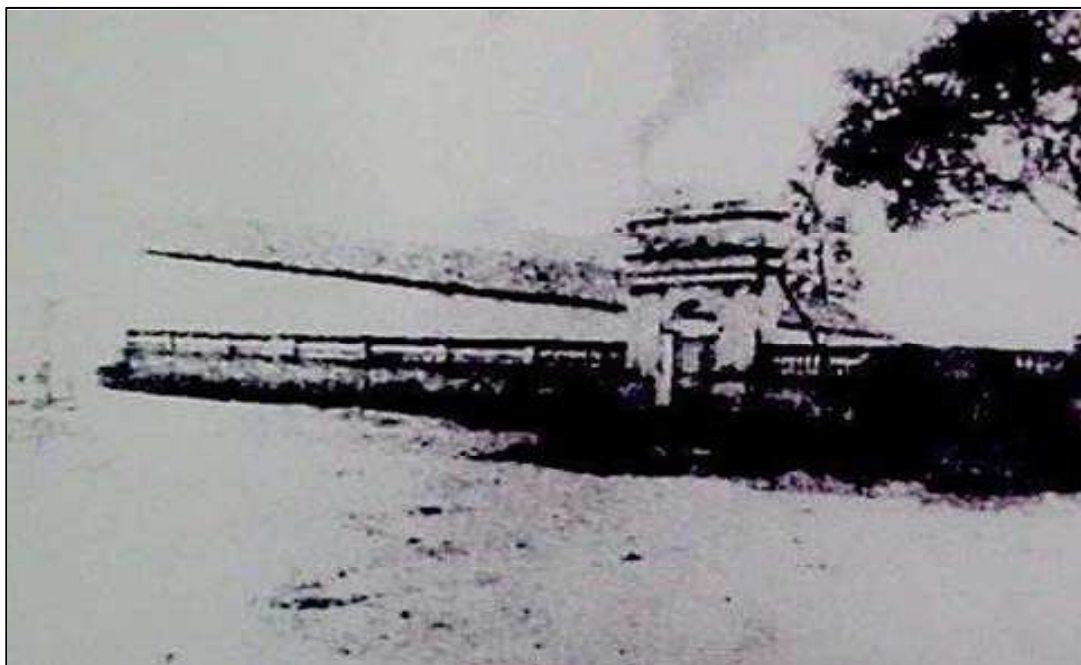
Sobre a história e a memória do Cemitério das Boninas, não encontramos muitos relatos, o que denominamos de silenciamento da memória:

Houvesse em Campina mais amor às coisas antigas, mais respeito à tradição, Jamais a municipalidade teria cometido uma profanação de tal parte. A Igreja Católica que era a proprietária do imóvel acionou a prefeitura e foi indenizada. (CAMARA, 1998, p.158).

Percebemos, assim, que não houve relatos de haver algum movimento de revolta por o cemitério ser demolido, apenas a Igreja Católica que contestou a decisão do prefeito e foi indenizada, pois era a proprietária do terreno em que o cemitério estava inserido, mostrando assim que também não houve contestação pela parte religiosa, visto que após ser indenizada, não há relatos de nenhum protesto por parte da Igreja Católica. Almeida (1979) relata o seguinte sobre o fato:

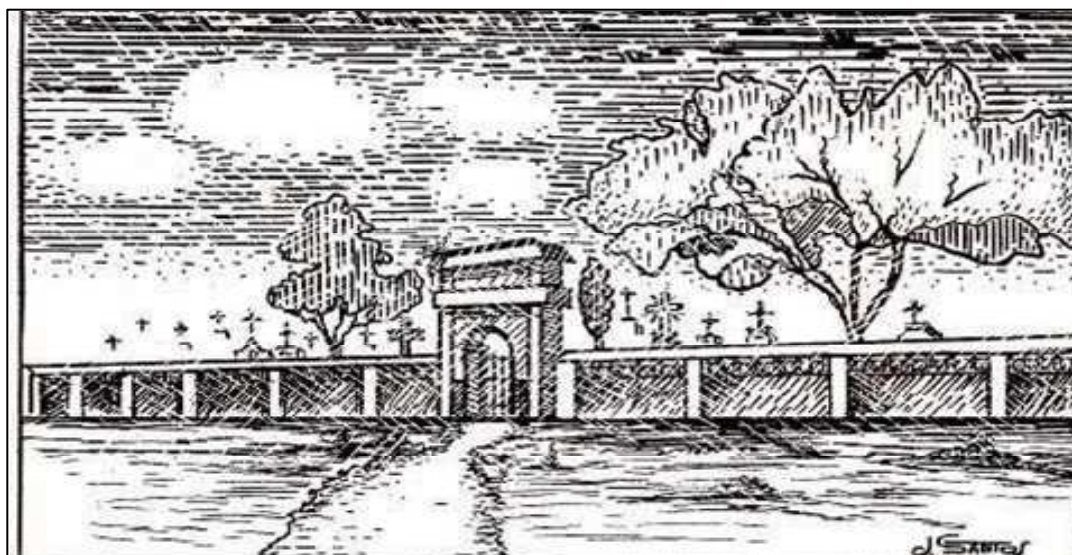
Tal estado de coisas, tamanho desrespeito ao lugar sagrado que se guardava os restos das gerações campinenses, Nem os ossos do Vigário Calisto Correia de Nóbrega, que durante vinte anos regeu a paróquia de Campina Grande e que estavam guardados em jazigo próprio foram respeitados, seguiram – se misturados com os outros. Não apareceu quem os reclamasse para um depósito digno. (ALMEIDA, 1979, p.300)

As únicas lembranças que retratam o cemitério é uma antiga foto que mostra a sua entrada e também a pintura de José Raimundo dos Santos:



<http://cgreitalhos.blogspot.com.br>

**Figura 1** – Acervo do Professor Mario Vinicius Carneiro.



<http://cgretalhos.blogspot.com.br>

**Figura 2** – Representação do cemitério feita por José Raimundo dos Santos.

Sendo o cemitério um lugar de memória dos vivos em relação a seus mortos não estaria, pois, Campina perdendo parte de sua memória ao ter um cemitério demolido? Embora o cemitério precisasse ser destruído em prol da modernidade não deveriam os que ali estavam sepultados serem transferidos e colocados em um depósito mais digno no novo cemitério?

## 5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, de acordo com os relatos dos memorialistas Paraibanos, que não houve protesto dos atingidos afetivamente pela demolição do cemitério, isto é, os familiares dos mortos. Desse modo, os antigos moradores da cidade em seus restos mortais foram “despertados do último sono”, colocados em uma cova comum, sem nenhum marco que os identificassem.

Pelos poucos relatos, mesmo depois de fechado, o cemitério recebia alguns visitantes. Possivelmente essas pessoas não ficaram satisfeitas com a demolição daquele espaço. Todavia é possível que os argumentos institucionais que justificavam a eliminação do cemitério fossem mais fortes, mais consistentes e mais gerais do que a insatisfação de alguns isoladamente. Há de se considerar também o fato desse espaço já encontrar-se desativado há pelo menos 30 anos. Será que após todo esse longo período as gerações continuavam zelando por seus antepassados mortos?

Os rituais que envolvem a morte foram aos poucos perdendo seu significado, as frases convencionais e os rituais ainda estão em uso, porém as pessoas se sentem constrangidas em usá-las. O afastamento dos vivos em relação aos moribundos continua depois que são sepultados. A memória em torno da pessoa morta pode continuar acesa, os corpos mortos e as sepulturas perderam a significação.

Os cemitérios guardam muito da identidade coletiva da cidade, da maneira como a comunidade vê seus mortos, o fato de um cemitério ser demolido e, junto com ele, as sepulturas que comportavam os antigos habitantes da cidade é um fato incomum, o que causa estranheza por não ter muitos relatos sobre esse fato.

As lápides e sepulturas guardavam resquícios da memória e interpretações do imaginário social da comunidade campinense da época, entretanto isso não foi considerado na demolição do cemitério. Enquanto as lápides retratassem a vida de um indivíduo que já morreu, seus familiares e amigos continuariam com a lembrança da pessoa morta ali representada.

Percebemos que, com a demolição do cemitério, não foram somente as lápides que foram destruídas, mas também a memória coletiva dos que ali estavam representados por meio dos símbolos inscritos nos túmulos.

Dessa maneira, o cemitério, mesmo estando inativo, ainda guardava a lembrança dos primeiros habitantes da cidade, a lembrança de crianças, jovens e adultos que morreram e foram enterrados em nossa cidade, essa lembrança que faz parte da memória coletiva deveria ter sido de algum modo preservada.

O desejo de uma cidade moderna ultrapassou o desejo de manter perpetua a lembrança dos mortos. O discurso da modernidade justificou a demolição do cemitério que interferia na cidade que estava em busca do progresso e da modernidade. Sendo assim esse discurso propiciava a eliminação de tudo que fosse considerado “feioso” para tornar a cidade moderna e bela.

Com a modernidade imposta em Campina Grande não foram apenas as edificações que deveriam ser modificadas, mas também os moradores da cidade deveriam se adaptar a elas, as transformações nas paisagens da cidade modificavam o cotidiano dos habitantes da cidade, desse modo as antigas tradições deveriam ser substituídas, inclusive o modo de lidar com os mortos e os cemitérios.

## 6.0 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Giscard. **A urbs Doente Medicada.** A higiene na construção de Campina Grande (1877-1935). Campina Grande, Gráfica Marcone, 2006.

\_\_\_\_\_. **Modernidade aos goles.** A produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935. Campina Grande, EDUFCG, 2010.

ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). **Memória (res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da Unicamp, p. 15-34, 2014.

Araujo, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso:** a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960). UFCG, Campina Grande, 2010.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos Celebrativos de Porto Alegre:** Múltiplos Olhares Sobre o Espaço Cemiterial (1889 - 1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

ARIÈS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente Desde a Idade Média.** Lisboa: Teorema, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Homem Diante da Morte.** Vol. I e II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

BARROS, José. **O Campo da História.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

CÂMARA, Epaminondas. **A Evolução do Catolicismo na Paraíba.** Campina Grande: Edições Caravelas, 2000.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses.** Campina Grande: RG Editora e Gráfica, 1998.

CARNEIRO, Victor Santos. **Impactos Causados por Necrochorume de Cemitérios: meio ambiente e saúde pública.** 2009, Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/asubterraneas/article/viewFile/21956/14325>> Acesso em: 15 de jun. 2014.

CASTRO, Elisiana Trilha. Para Cada Morto, a Sua Cova: algumas restrições para o sepultamento de protestantes no Brasil, século XIX. **Revista inter-Legere.** Rio Grande do Norte: n.12, p. 157-172, jan-jun. 2013.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COE, Agostinho Júnior Holanda. O Discurso Médico de Transferência dos Enterramentos das Igrejas para os Cemitérios em São Luís (1820-1860). IN:



Encontro Regional de História - 'Usos do Passado', XII, 2006. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2006.

COULANGES, Numa-Denys Fustel de. **A Cidade Antiga**. Ebooks Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cidadeantiga.pdf>> Acesso em 01 de nov. 2014.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos Seguido de Envelhecer e Morrer**. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História E Memória**. Tradução Bernardo Leitão (et al.). Editora da Unicamp, Campinas, 1990.

MACEDO, H. A. M. de. RIBAS, C. G. MOREIRA, M. das N. S. De como os mortos viam os vivos: do imaginário dos moradores da comarca do Príncipe, Rio Grande do Norte, Brasil, sobre a morte na segunda metade do século XIX, **Revista de Antropologia Experimental n. 4, 2004**.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MESTRE, M. & PINOTTI, R. C. **As Representações Sociais e o Inconsciente Coletivo: Um Diálogo Entre Duas Linhas Teóricas**. Curitiba: Psico UTP online, julho de 2004. Disponível em < [www.utp.br/PSICO.UTP.ONLINE/site4/repres\\_sociais.pdf](http://www.utp.br/PSICO.UTP.ONLINE/site4/repres_sociais.pdf) >. Acesso em 07\09\2014.

Ó, Alarcon Agra do. Relatos de Males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: \_\_\_\_\_; *et al.* **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. 2ª ed. João Pessoa: Ideia, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatamy. **História & História Cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da história de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.

QUEIROZ, Marcos Vinicius Dantas de. **"Quem te viu não te conhece mais": Arquitetura e cidade de Campina Grande em Transformação (1930-1950)**. São Paulo : EESC-USP, 2008

REIS, João José. **A Morte É uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

RODRIGUES, Claudia. CORDEIRO, Gabriel Cavalcante. *"E nós andamos em procissão até o túmulo"*: sepultamentos, estrangeiros e alteridade no Brasil do século XIX a partir dos relatos de Robert Walsh. **Revista de História da UNIABEU**. Recôncavo: vol.3, n. 5, jul-dez 2013.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Divisão de Editoração, 1997.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese Histórica de Campina Grande, 1670-1963**. Campina Grande: Editora Grafset, 2005.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra. **Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande 1920-1945**. 2001. ...f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, 2001.

SOUSA, Fábio William de. **Fronteiras Póstumas**: a morte e as distinções sociais no cemitério Santo Antônio em Campo Grande - MS. Dourados, 2010. Disponível em: < <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes/dissertacao-de-fabio-william-de-souza> >. Acesso em 07 de jul. 2014.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Construindo a cidade com tijolos discursos Campina Grande- PB (1945- 1965). IN: APOLINARIO, Juliete Ricarte. SOUZA, Antonio Clarindo B. **Diálogos interdisciplinares entre fontes documentais e pesquisa histórica**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.